

Política

Belo Horizonte, terça-feira, 9.7.2013 | 07 |
HOJEEMDIA

Amagis vê retrocesso na PEC 53 que põe fim à vitaliciedade de juiz

► Proposta prevê a exclusão da pena de aposentadoria e determina punições mais severas, como a demissão

Ricardo Rodrigues
rrodrigues@hojeemdia.com.br

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, criticou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 53, que extingue a vitaliciedade do juiz brasileiro. Segundo ele, a aprovação do texto traria instabilidade à Justiça, além de expor os magistrados a pressões externas. A proposta, formulada em 2011 por Humberto Costa (PT-PE), tem a relatoria de Blairo Maggi (PR-MT) e pode ser votada pelo plenário do Senado hoje.

A PEC 53 prevê a exclusão da pena de aposentadoria a magistrados e determina que o Estatuto da Magistratura implante punições



CARNEIRO – “A imparcialidade, a independência e a estabilidade do juiz são garantias da própria sociedade”

PEC 53 determina que o Estatuto da Magistratura implante punições mais severas em casos de falhas administrativas

mais severas, em caso de falhas administrativas, como a demissão. “A vitaliciedade – e somente ela – traz ao cidadão a garantia de que juízes independentes e imparciais julgarão

seus direitos perante os poderes econômico e político”, disse Carneiro.

Ele defende que a vitaliciedade não existe como privilégio ou corporativismo. Sua gênese é assegurar a independência dos juizes, para que eles tenham condições de julgar, contra todos os tipos de pressão, os conflitos sociais envolvendo a vida, a liberdade e a propriedade das pessoas. “A PEC 53, se aprovada, começará a solapar o Estado Democrático de Direito”, afirmou.

Segundo ele, a aprovação da PEC gerará insegurança para o juiz quando ele tiver de enfrentar forças poderosas na hora de julgar o direito dos cidadãos. “Só sabe a importância de um juiz responsávelmente independente quem precisa de um. Derubar a vitaliciedade é enfraquecer a cidadania”.

Para Carneiro, o juiz precisa da garantia de que não vai sofrer pressões. “A vitaliciedade ofertada ao Estado-Juiz garante ao magistrado que ele não sairá da primeira comarca que julga o processo, por pressão de contrariados pela decisão judicial”.

Segundo a Amagis, o momento exige mudanças que representem avanços e não retrocessos, como querem alguns. •

4 | TRIBUNA DE MINAS
SÁBADO - 29/06/2013

{ Política }

Desembargador cobra segurança em Fórum



ADRIANO BOAVENTURA

Herbert Carneiro:
"Vulnerabilidade é visível no Fórum"

A falta de câmeras de vigilância, de seguranças e de procedimentos de identificação nas dependências do Fórum Benjamim Colucci, no Centro de Juiz de Fora, foi severamente criticada pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o desembargador Herbert Carneiro. "Entrei e saí sem ser identificado, além de não ter notado câmeras e vigias durante o trajeto. A vulnerabilidade é visível, colocando em risco a segurança tanto de quem trabalha como de quem frequenta o Fórum. Estima-se que mais de mil pessoas acessam o prédio diariamente."

O presidente da Amagis ainda lembrou do episódio ocorrido em janeiro deste ano, quando um grupo de jovens moradores de bairros rivais invadiu a casa do Judiciário, provocando correria e pânico às pessoas que lá estavam. No ocorrido, uma faca foi apreendida por policiais.

O desembargador esteve na cidade ontem para debater, junto a magistrados do

município e da região, sobre as demandas necessárias para melhorar a estrutura e a qualidade do serviço jurídico. A ação, realizada pela Amagis, é itinerante. A Comarca de Juiz de Fora foi a 14ª a receber a iniciativa.

Além do sistema de segurança, que, na visão do desembargador, precisa ser urgentemente instalado, o pleito principal destacado por ele na cidade é a construção da nova sede do fórum. "A atual está saturada, uma vez que a Comarca de Juiz de Fora é uma das que possui maior acervo de processos de Minas Gerais. O novo prédio precisa conter todas as condições de segurança, porém, até que isso aconteça, as melhorias no atual podem ser feitas a partir do Fundo Especial do Poder Judiciário, criado em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que irá destinar de 2% a 5% do recurso para obras de construção, ampliação e reforma dos fóruns mineiros."

Divinópolis
20 de junho de 2013Agora
DIÁRIO DE DIVINÓPOLIS

03 | POLÍTICA

Juízes apontam deficiências da comarca

60 mil processos esperam julgamento na cidade; presidente da Amagis percorre MG para colher demandas

Amanda Quintiliano

Mais de 60 mil processos judiciais aguardam julgamento da Comarca de Divinópolis. Entre as justificativas para a lentidão nos julgamentos, está a falta de condições de trabalho para os juízes. Ontem, o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, visitou três municípios da região - Itaúna, Pará de Minas e Divinópolis - para saber quais são as demandas e deficiências de cada uma das comarcas.

Acúmulo de serviços, equipes reduzidas, estruturas precárias e falta de segurança são os principais problemas listados pelos magistrados. Outro fator que contribui no atraso das sentenças é o sistema arcaico da Justiça Mineira, ainda à base de canetas e papéis.

- Onde você tem o processo judicial eletrônico e não se trabalha com tanto papel, a justiça é mais eficiente. Neste particular, a Justiça de Minas está caminhando muito lentamente e deixando a desejar, pois temos um processo judicial bastante atrasado. Precisamos evoluir com as condições de trabalho - disse Carneiro.

O desembargador também destacou a necessidade de mais juízes e servidores para melhorar o atendimento nas comarcas. O indicado é que os processos sejam julgados em até 100 dias, mas há alguns em tramitação há pelo menos cinco anos.

- É uma comarca grande que, com certeza, precisa de mais juízes. Temos juízes aqui com mais de quatro mil, cinco mil processos em tramitação nas Varas. Precisa de mais servidores, seguranças, computadores, assessores - destacou, e acrescentou: - Tiramos uma fotografia de que a comarca é deficiente.

Deficiências

Ao dia, aproximadamente 2,5 mil pessoas passam no Fórum de Divinópolis. São 16 juízes se dividindo em 15 Varas. Para o magistrado José Maria dos Reis, a situação da comarca se assemelha com a precariedade do restante do país.

- Em Divinópolis, não é diferente do resto de Minas Gerais do resto do país. A falta de segurança e estrutura é total. Hoje, temos estagiários que nos ajudam. A falta de servidores é muito grande. Temos poucos para o acúmulo de serviço que temos. Se não fos-



Amanda Quintiliano

Juízes apresentaram principais deficiências da Comarca de Divinópolis

sem os estagiários, não sei o que seria da gente - afirmou.

A construção da nova sede, no bairro Liberdade, segundo ele, será uma forma de aliviar, pelo menos no quesito estrutura física.

- Esse prédio nosso não cabe mais nada. É uma montoeira danada. A demanda aumenta a cada dia - enfatizou.

Encaminhamento

As demandas apontadas serão utilizadas pela Amagis na discussão do projeto de lei de Organização e Divisão do Judiciário do Estado que será encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em setembro, pelo Tribunal de Justiça.

- Por isso, estamos fazendo essa corrida

pelo estado, indo às comarcas, visitando os juízes para saber quais as necessidades de infraestrutura, de qualidade praticada nas comarcas, se o juiz precisa ou não de assessor, para, quando chegarmos à Assembleia, a gente ter elementos concretos nas mãos para avançar na nossa lei - disse.

Fundo

No dia 11 de junho, a Assembleia aprovou a criação do Fundo Especial do Poder Judiciário de Minas Gerais (FEPJ), que prevê a destinação de cerca de R\$ 130 milhões das custas judiciais para investimentos na melhoria da prestação jurisdicional e das condições de trabalho e de segurança nos fóruns.

É uma comarca grande que, com certeza, precisa de mais juízes. Temos juízes aqui com mais de quatro mil, cinco mil processos em tramitação nas Varas. Precisa de mais servidores, segurança, computadores, assessores

Herbert Carneiro, presidente da Amagis

DIREITO HOJE

Lições das ruas e os efeitos sobre o Judiciário

COLABORADOR
HERBERT CARNEIRO

opiniao@hojemdia.com.br

“Nã o te- mos o direito de adiar as res- postas que são cobradas pelas ruas”

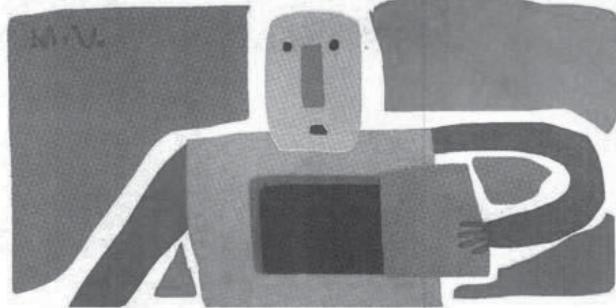
Os excessos e o vandalismo de alguns poucos não podem, de forma alguma, comprometer nem reduzir a importância das manifestações cívicas de milhares que tomaram as ruas do país por mudanças. Os protestos são legítimos como expressão democrática de descontentamento com uma situação generalizada no Brasil. A nação está despertando, e isso é necessário à retomada de consciência nacional em favor do futuro do país que já se faz presente... e urgente.

Todas as instituições, incluindo o Judiciário, devem estar conectadas com essa realidade e atender aos reclamos e reivindicações do cidadão, que tem dito, repeti-

da e insistentemente, que não se vê mais representado por nenhuma delas. Ninguém está livre da cobrança nem deve ficar para trás.

Foram manifestações de um desabafo de quem se cansou de discursos e promessas que nunca se materializam em melhor qualidade de vida e dos serviços públicos. É imperioso que manifestemos nossa adesão aos apelos dos jovens e aos novos tempos, no sentido de dar respostas e soluções aos problemas apresentados e, até então, solememente ignorados. De tão repressadas, as demandas do passado se acumulam às da atualidade e sufocam a realidade presente. Não há mais razão, nem nos é dado o direito, para adiar as realizações com as quais estamos comprometidos.

O Judiciário, como os outros dois Poderes, e todas as outras instituições do país precisam acordar também, para refletir sobre seu papel e responsabili-



da sociais. Não existimos por nós mesmos, temos uma razão de ser e os destinatários finais de nossas ações são a cidadania e a democracia. Se não entendermos isso, ficaremos atados às práticas ultrapassadas que, historicamente, afastam o Judiciário, no tempo e na distância, do cidadão e da sociedade.

Final, por que nossa atividade ainda é regulada por uma lei inspirada no regime autoritário, venci-

do há 27 anos pela democracia? A quem interessa esse atraso? Por que o Judiciário é o Poder que mais resiste à modernização de sua gestão? Por que o Judiciário não tem autonomia orçamentária, apesar de ser um Poder, que, repulcramente, deveria ser respeitado e valorizado pela harmonia e independência entre o Executivo e o Legislativo?

A quem interessa o enfraquecimento do Judiciário?

Por que os juizes não são ouvidos para a escolha da direção dos tribunais nem são consultados na hora da definição das prioridades e destinação dos recursos públicos? E, ainda, por que a carga processual e a busca por justiça crescem, de maneira inversamente proporcional à valorização dos magistrados?

São perguntas surradas e esquecidas no tempo da inoperância, da morosidade e da incapacidade que

afetam o desempenho de quem deveria cumprir o que determina a Constituição cidadã, consagrando-a como verdadeiro pacto social.

Antes de reclamarmos de campanha contra o Judiciário, façamos nossa parte, porque a campanha de valorização do juiz começa com a gente mesmo e, para isso, é fundamental que resgatem a autoestima da classe, valorizemos nosso trabalho, reafirmando a independência de julgar e cobrando a autonomia e fortalecimento do Judiciário. Antes do reconhecimento externo, o próprio Judiciário precisa reconhecer o valor do magistrado enquanto agente político de alcance social.

Como sempre, estamos prontos para o debate e, de peito aberto, nos somamos ao sentimento cívico que varre o país por mudanças e pela reconstrução nacional e pela transformação social.

(*) Presidente da Amagis

Insegurança chega à Justiça do Trabalho

● Pesquisa da UFGM aponta que 37% dos juizes e desembargadores dessa esfera já sofreram ameaças ou agressões no local onde atuam

Prata/Breves

Amagis@hojemdia.com.br



A segurança que mais há de ser sempre em sua importância para o cidadão brasileiro está no âmbito da Justiça do Trabalho. Embora seja uma área tradicionalmente considerada segura, a pesquisa da UFGM aponta que 37% dos magistrados e desembargadores dessa esfera já sofreram ameaças ou agressões no local onde atuam.

“...vamos fazer uma pesquisa com os magistrados e desembargadores da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. O objetivo é saber se há ameaças ou agressões no local onde atuam.”

de mais, devido à falta de segurança que esse setor possui. A Justiça do Trabalho é considerada uma das áreas mais seguras do Poder Judiciário. No entanto, a pesquisa da UFGM aponta que 37% dos magistrados e desembargadores dessa esfera já sofreram ameaças ou agressões no local onde atuam.

579 MAGISTRADOS DO TRABALHO
...vamos fazer uma pesquisa com os magistrados e desembargadores da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. O objetivo é saber se há ameaças ou agressões no local onde atuam.

50 AGENTES DE SEGURANÇA
...vamos fazer uma pesquisa com os magistrados e desembargadores da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. O objetivo é saber se há ameaças ou agressões no local onde atuam.

Fóruns apresentam falhas de segurança

A segurança de juizes e desembargadores nos fóruns onde funcionam varas criminais e cíveis é uma das principais preocupações da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Em março deste ano, o Hoje em Dia mostrou que existem falhas graves em 80% das 296 comarcas do Estado. Algumas sequer têm vigias. Um estudo feito pela

entidade apontou que, dos 77 fóruns avaliados em 2012, houve casos de violência em 26. Além disso, 57 juizes ou desembargadores foram ameaçados de morte. Em janeiro deste ano, um homem atacou a mulher dele a facadas, no Fórum de Itaúna, na região Central do Estado. O agressor conseguiu passar com a faca pela segurança.

DIREITO HOJE

Vitaliciedade é garantia da própria cidadania

COLABORADOR
NELSON MISSIAS DE MORAIS

opinião@hojemdia.com.br

Os movimentos sociais têm alcance importante para o revigoreamento das instituições e do próprio estado de direito, pois são nesses momentos que se confirmam a força da democracia e da participação popular, para correção de rumos, quando algo está fora do eixo.

Nas recentes manifestações, que se iniciaram em razão das majorações de passagens de ônibus em São Paulo, com reflexos em outras partes do Brasil, houve uma mobilização popular, convocada pelas redes sociais, com uma velocidade como nunca se viu.

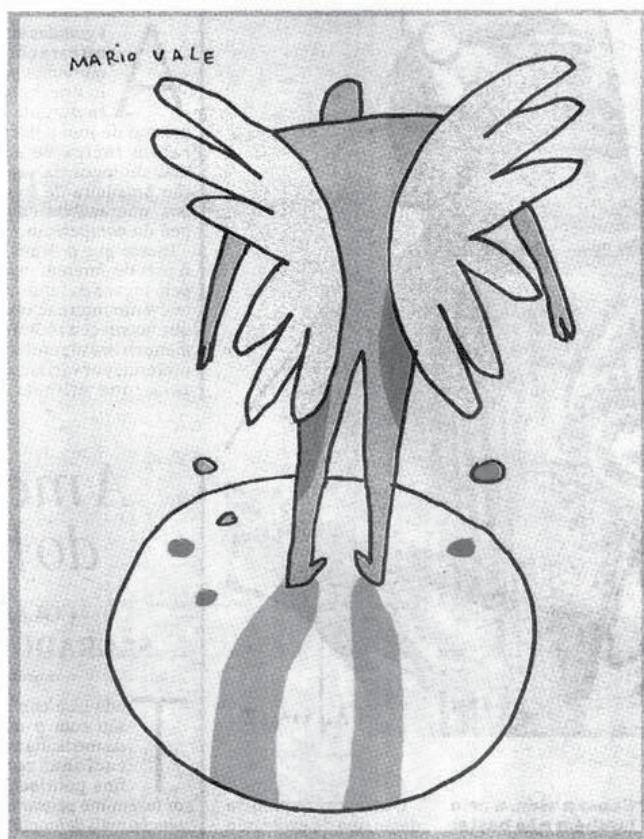
Foi um movimento espontâneo e sem liderança definida, que não foi conduzido a uma pauta mínima, que pudesse repor no eixo o que eventualmente estivesse fora e até mesmo para dar sequência às reivindicações.

De uma hora para outra, o que se viu foi o governo central produzindo uma agenda de ocasião, que passou a ser denominada de "positiva", com trapalhadas de toda natureza, pois não conseguiu atingir o foco nem sensibilizar ninguém, chegando ao disparate de propor uma assembleia constituinte para tratar de um tema específico, ou seja, a reforma política, fulminada de inconstitucionalidade.

O eco das ruas não estava nessa direção, embora relevante para a democracia e merecedora de uma discussão mais aprofundada e com seriedade, sem o ranço da resposta imediata para fenececer o incômodo que provoca uma mobilização popular.

A partir daí, o Congresso Nacional também passou a produzir a chamada "agenda positiva" legislativa.

Não se pode olvidar que toda legislação casuística – para dar resposta imediatista a população – trás em si o perigo de atingir direitos caros à cidadania e a sociedade, conquistados por gerações, com prejuízo à liberdade e à própria vida de



muitos. É lamentável, mas no apagar das luzes do semestre legislativo do Congresso Nacional o predicamento da vitaliciedade do magistrado brasileiro quase foi extinto.

A sociedade não percebeu nem foi informada do alcance da medida, que seria um prejuízo irreparável para a cidadania.

Juízes independentes, livres de pressão de poder político, econômico ou de qualquer outra natureza, são necessários aos cidadãos na busca ou na reparação de um direito que lhe foi subtraído.

As causas que aportam no Judiciário, muitas vezes por aqueles menos afortunados, como a do cidadão, já fragilizado, quando busca um medicamento não fornecido pelo governo ou um atendimento médico de emergência a ele negado, através da via judicial, precisa de resposta rápida e sem interferência dos poderosos.

O magistrado, livre das

O magistrado, livre das amarras do poder político, econômico ou de criminosos, onde o fraco e o forte se equivalem, foi uma conquista da cidadania e a ela se destina

amarras do poder político, econômico ou de criminosos, onde o fraco e o forte se equivalem, foi uma conquista da cidadania e a ela se destina.

O predicamento da vitaliciedade é a dimensão necessária do juiz independente, sem assombros na carreira, em razão das suas decisões.

O que não está bem explicado é que o juiz pode perder o cargo sim, através de sentença condenatória com o trânsito em julgado.

Seria um caos social e traria insegurança jurídica para a sociedade a possibilidade de o juiz, com base em decisões políticas

ou por retaliação em razão do exercício da sua função judicante, ser demitido ou afastado.

Os juízes, no exercício da sua função, têm peculiaridades que os diferenciam e impedem a perda do cargo por decisão administrativa. São agentes políticos, processam e julgam causas de interesses políticos, econômicos e criminosos vultosos.

As PEC's 53 e 505, a primeira no Senado federal e, a segunda, na Câmara dos Deputados, relativizam a vitaliciedade do juiz brasileiro, facilitando sua remoção, afastamento das funções e demissão, por mera decisão administrativa, o que o torna vulnerável na sua independência para o enfrentamento das pressões a que está sujeito no exercício das funções.

Esse é um grave prenúncio.

Aliás, as garantias da magistratura, insculpidas na Constituição cidadã, art.

95, incisos I, II e III devem passar indenes do Poder Constituinte Derivado, por se encontrarem no âmbito das chamadas limitações materiais implícitas, com status de cláusula pétrea.

No ordenamento jurídico pátrio existem normas que garantem a perda do cargo do juiz que o ocupa com indignidade, sem se resvalar, contudo, na garantia constitucional da vitaliciedade.

Esse desvario legislativo para atingir garantias de independência do juiz brasileiro só pode ser creditado à necessidade de se desviar a atenção da sociedade que está focada em temas que exigem a mudança de comportamento de governantes e legisladores.

A sociedade e a mídia têm um papel relevante na compreensão do alcance da garantia da vitaliciedade do juiz.

A vitaliciedade do juiz é como a liberdade de Imprensa para o jornalista e a inviolabilidade de opinião para o parlamentar.

São cânones do estado de direito.

Não se pode esquecer que quando a Imprensa ou o Parlamento são violentados, os juízes são os seus garantidores. É uma reverência a essa conquista da civilização. Nunca é demais lembrar que no período de restrição da liberdades democráticas a vitaliciedade foi suspensa, assim como a liberdade de Imprensa e de opinião. Esse é um tripé intangível na proteção da democracia e da cidadania.

As associações de juízes, que são o braço político da magistratura, têm proeminência na luta para a manutenção dessa garantia da sociedade e até aqui se fizeram ouvir.

Nesse sentido, a Associação dos Magistrados Mineiros, através do seu presidente, Herbert Carneiro, a quem tive o privilégio de acompanhar em Brasília, em contato com os parlamentares, contribuiu significativamente para evitar esse retrocesso.

Acreditar que essa é uma defesa corporativista é a mais forte expressão da incompreensão dos valores que devem pautar o estado de direito.

(*) Ex-presidente da Amagis e ex-secretário geral da AMB